



# Teses sobre o papel mundial do imperialismo norte-americano

LEON TROTSKY

*Esta tese foi elaborada por Trotsky para a Conferência Pan-americana, realizada no México, preparatória ao Congresso de Fundação da IV Internacional, em 1938. O Congresso teve a duração de apenas um dia, por motivos de segurança, impossibilitando o debate da tese, que foi aprovada na reunião do Comitê Executivo Internacional seguinte e discutido em todas suas seções.*

*Sua importância foi fundamental para a compreensão do papel do imperialismo norte-americano após a segunda guerra mundial pelos partidos trotsquistas latino-americanos, e seu combate à política stalinista de apoio a um hipotético imperialismo “democrático” contra o fascismo.*

*Quando uma nova crise econômica mundial volta a balançar os alicerces do sistema capitalista e o imperialismo norte-americano apresenta-se, sob Obama, com a cara de amigo dos povos, o estudo desta tese passa a ter um interesse redobrado por parte das organizações revolucionárias.*

As principais esferas de atividade do imperialismo americano estão divididas entre os continentes da Europa, Ásia e América Latina, em cada um dos quais ele segue um curso diferente de acordo com seus interesses gerais e ajustado às circunstâncias concretas nas quais ele desenvolveu-se em relação às demais potências.

Na América Latina, apesar de confrontado com um rival poderoso como a Grã-Bretanha e, numa extensão menor embora crescente, com o Japão e a Alemanha, os Estados Unidos permanecem a força imperialista dominante. Os Estados Unidos surgiram em cena numa época posterior a países como Espanha, Portugal, Alemanha e Inglaterra, mas, na virada do século, já estavam a ponto de suplantar seus rivais. Seu rápido desenvolvimento industrial e financeiro, a preocupação das potências européias durante a Guerra Mundial e a transformação dos Estados Unidos no credor mundial naquele período, facilitaram sua ascensão ao topo e possibilitaram-nos estabelecer sua hegemonia mundial sobre a maioria dos países das Américas do Sul e Central e do Caribe. Eles proclamaram sua intenção de manter essa hegemonia contra a intromissão dos imperialismos europeus e japoneses. A forma política desta proclamação é a Doutrina Monroe que, particularmente desde o início de uma política claramente imperialista no fim do século 19, vem sendo interpretada homogeneamente por todas as administrações de Washington como o direito do imperialismo americano à posição dominante nos países da América Latina, previamente à conquista da posição de ser seu explorador exclusivo.

Na América Central caribenha e nos países do Cone Sul da América do Sul, em particular, isso significa a redução de seus povos ao status de colônias oprimidas ou de semicolônias do imperialismo americano. Significa também a imposição, freqüentemente através do uso descarado da força, de governos fantoches de Wall Street, sustentados pela intervenção direta dos governos norte-americanos nos terrenos diplomático e militar. Para conseguir manter a porta da América Latina fechada, isto é, fechada a todos seus rivais e aberta apenas aos Estados Unidos “democráticos”, o imperialismo norte-americano sustenta nos países latino-americanos as mais autocráticas ditaduras militares locais que têm, por sua vez, servido para sustentar a estrutura imperialista e garantir um fluxo inalterado dos superlucros do colosso do Norte. O mais ativo e impetuoso apoiador das ditaduras militares nos países latino-americanos é o imperialismo americano, cujos bilhões de dólares investidos no exterior estão dirigidos ao hemisfério ocidental. O caráter real do capitalismo “democrático” americano é mais bem revelado pelas ditaduras tirânicas nos países da América Latina com as quais sua riqueza e política estão mutuamente ligadas e sem as quais sua influência imperialista no Ocidente estaria com os dias contados. Os déspotas sanguinários, sob cujo poder opressivo sobrevivem milhões de trabalhadores e camponeses da América Latina, os Vargas e Batistas, nada mais são que ferramentas políticas do imperialismo “democrático” dos Estados Unidos.

Em países como Porto Rico, o imperialismo americano, através de seu governador Winship, criminaliza e persegue o movimento nacionalista direta e cruelmente. A burguesia nacional nascente em muitos países latino-americanos, ao buscar uma fatia maior da pilhagem e mesmo lutando por uma



## IV Internacional

---

maior autonomia, isto é, no sentido de uma posição dominante na exploração de seu próprio país, tenta utilizar as rivalidades e conflitos dos imperialismos estrangeiros para este objetivo. Porém, sua debilidade geral e seu surgimento tardio impedem-na de alcançar um nível de desenvolvimento maior do que aquele de opor um amo imperialista a outro. Ela não pode lançar uma luta séria contra toda dominação imperialista e pela genuína independência nacional pelo medo de dar vazão a um movimento das massas exploradas do país que iria, por sua vez, ameaçar sua própria existência social. O recente caso de Vargas, que tenta utilizar a rivalidade entre os Estados Unidos e a Alemanha, mas ao mesmo tempo mantém a mais selvagem ditadura sobre as massas populares, é um exemplo disso.

O governo Roosevelt, apesar de suas pretensões insípidas, não fez qualquer alteração real na tradição imperialista de seus antecessores. Ele reiterou enfaticamente a brutal Doutrina Monroe. Ele confirmou suas pretensões monopolizadoras sobre a América Latina na Conferência de Buenos Aires. Ele deu sua aprovação santificada aos regimes inomináveis de Vargas e Batista. Sua exigência de uma frota maior para policiar não só o Pacífico, mas também o Atlântico, é uma confissão de sua determinação de manipular as Forças Armadas dos Estados Unidos na defesa de seu poder imperialista no sul do hemisfério. Sob Roosevelt, a política do “grande porrete” (big stick) na América Latina está encoberta pela pele de cordeiro de expressões demagógicas como “amizade” e “democracia”. A política de “boa vizinhança” nada mais é que a tentativa de unificar o hemisfério ocidental sob a hegemonia de Washington, como um sólido bloco manipulado pelo último em seu objetivo de fechar as portas dos dois subcontinentes americanos a todas as potências imperialistas, exceto ela própria. Esta política é materialmente complementada pelos acordos de comércio favoráveis que os Estados Unidos buscam concluir com os países latino-americanos sob o desejo de desbancar permanentemente seus rivais do mercado. O papel decisivo que o comércio exterior cumpre na vida econômica dos Estados Unidos impele-os a esforços cada vez mais determinados para excluir todos competidores do mercado latino-americano com uma combinação de produção barata, diplomacia, manobras e, se necessário, uso da força. Atualmente, isto é particularmente verdade em relação à Alemanha e ao Japão. Mas, à medida que o principal conflito imperialista na América Latina (especialmente em países como México e Argentina) se dá entre a Inglaterra e os Estados Unidos, seu reflexo é econômico, acima de tudo no campo de investimentos.

No campo do comércio exterior, no entanto, o principal rival imediato dos Estados Unidos é a Alemanha e, cada vez mais, o Japão. Por causa de suas respectivas posições mundiais e interesses, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha poderão, portanto, colaborar no futuro próximo contra a intromissão da Alemanha e do Japão na América Latina, mas somente sob a condição de que esta colaboração ocorra sob a hegemonia do imperialismo norte-americano, pela qual o último compensa parcialmente o imperialismo britânico apoiando-o no continente europeu. Ao mesmo tempo, a política do imperialismo americano necessariamente aumentará a resistência revolucionária dos povos latino-americanos que serão explorados com intensidade

crescente. Esta resistência, por sua vez, encontrará uma reação violenta e a tentativa de sua eliminação pelos Estados Unidos, que se mostrará ainda mais claramente como o policial da exploração imperialista no estrangeiro e um suporte às ditaduras locais. Por sua própria posição, portanto, Washington cumprirá um papel crescentemente reacionário nos países latino-americanos, pois os Estados Unidos continuam sendo o amo predominante e agressivo da América Latina, pronto a proteger seu poder com armas nas mãos contra qualquer ataque sério dos imperialismos rivais ou contra qualquer tentativa de libertação dos povos latino-americanos de seu poder despótico.

A política norte-americana na Europa difere de sua intervenção aberta e direta na América Latina em vários aspectos, ditados essencialmente pelo fato de os Estados Unidos terem surgido tardiamente como um fator decisivo no Velho Mundo, explicitamente na última geração. Sua intervenção passou por três estágios. No primeiro, apareceram como um agressor brutal em defesa dos vastos interesses financeiros obtidos pela classe dominante norte-americana no fim da Primeira Guerra e, devido a seu tremendo poder militar, financeiro e industrial, eles contribuíram com a força decisiva necessária aos Aliados para o esmagamento das potências centrais, especialmente da Alemanha.

Embora a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Itália tenham sido, conseqüentemente, capazes de impor o degradante Tratado de Paz de Versalhes à Alemanha, e de estabelecer a Liga [das Nações, Nota do T.] como um policial para reforçar suas necessidades, que incluíram a espoliação das ex-colônias alemãs e a extração de enormes tributos da própria Alemanha, os Estados Unidos foram os reais vencedores da guerra, tornando-se o principal centro político e financeiro do mundo, numa posição capaz de arrancar tributos ainda maiores dos vitoriosos de Versalhes na forma de pagamentos de dívidas de guerra.

No segundo estágio, inaugurado com a derrota do proletariado alemão no fim de 1923, os Estados Unidos surgiram imediatamente como os “pacificadores” da Europa e como a maior força contrarrevolucionária. Em seu papel de pacificador da Europa, eles ressuscitaram a ordem capitalista em seu elo mais fraco, a Alemanha. Alimentando-a com os milhões dos Planos Dawes e Young, ajudaram a instalar o regime de ilusão democrática na Alemanha, França e Inglaterra aos quais impuseram suas exigências de reduzir os gastos da corrida armamentista que interferiam no pagamento das dívidas de guerra a Wall Street.

A exigência do “desarmamento” europeu (principalmente à luz da superioridade industrial americana, que permite superar qualquer nação em armamentos rapidamente), foi o pretexto pacifista pelo qual o imperialismo americano exerceu sua pressão com o objetivo de reduzir a já declinante repartição do mercado mundial, até então à disposição de seus competidores europeus. Atualmente, no último estágio de sua intervenção, ficou demonstrado que, longe de eliminar ou mesmo reduzir os conflitos entre as próprias potências européias, as necessidades crescentes do próprio imperialismo americano causaram uma enorme agudização dos conflitos europeus entre as várias potências. Todas elas estão sendo levadas irresistivelmente a uma nova guerra mundial, algumas em defesa de sua atual cota de razão à qual o poder



## IV Internacional

---

americano reduziu a Europa, outras em luta por um aumento de suas cotas para contribuir substancialmente na solução de suas contradições internas.

Se anteriormente a ascensão do imperialismo americano na Europa teve o efeito de “pacificar” o continente, agora tem, objetivamente, o efeito de acelerar uma nova guerra mundial, anunciada pela impressionante corrida armamentista, pela rapina da Etiópia, pela Guerra Civil na Espanha, pela invasão japonesa da China. Uma nova guerra mundial impossível de ser confinada à Europa e para a qual todo país importante na face da Terra será inevitavelmente arrastado. Uma compreensão da realidade da relação da América com o desenvolvimento europeu é suficiente para refutar as pretensões do imperialismo dos EUA como o portador de uma missão messiânica de defensor ou portador da paz e da democracia na Europa. Tudo ao contrário. Quanto maiores suas próprias dificuldades, mais será compelido a descarregar seu peso sobre as costas das potências imperialistas mais velhas e mais fracas da Europa, mais certa e rapidamente o capitalismo americano levará as classes dominantes do Velho Mundo à guerra e ao regime fascista, sob o qual a burguesia encontra-se menos obstaculizada na sua preparação para a guerra ou na condução dela, uma vez iniciada.

A pressão da nova potência mundial, que ascendeu a tal poder desde a última guerra, está empurrando a Europa ao abismo da barbárie e da destruição. Embora a influência exercida pelos EUA no período passado tenha sido mais ou menos “passiva”, formulada pela política do “isolamento”, sua tendência mais recente dirige-se visivelmente a outra direção e antecipa sua intervenção ativa, direta e decisiva no próximo período, isto é, o período da próxima guerra mundial. Tão universais são as bases do poder imperialista americano, tão significantes são seus interesses econômicos na Europa (bilhões investidos em empresas industriais de telefonia, telégrafo, automóveis, eletricidade e outros monopólios, bem como os bilhões em dívidas de guerra e empréstimos pós-guerra) que está fora de questão os Estados Unidos permanecerem observadores passivos na guerra vindoura. Tudo ao contrário. Não apenas participarão ativamente como um dos países beligerantes, como também é fácil prever que entrarão na guerra num intervalo de tempo muito menor que o transcorrido antes de sua entrada na última guerra. Devido à fraqueza financeira e técnica dos outros beligerantes, se comparados ao todo-poderoso Estados Unidos, os últimos cumprirão, certamente, um papel na próxima guerra ainda mais decisivo que na última. Tudo indica que, a não ser que o imperialismo europeu seja esmagado pela revolução proletária e a paz seja estabelecida sobre bases socialistas, os EUA ditarão os termos da paz imperialista após surgir como vencedor. Sua participação não apenas determinará a vitória do lado ao qual se juntar, mas também determinará a distribuição da partilha, da qual reclamará a parte do leão.

Se o rápido estabelecimento de sua dominação na América Latina levou o imperialismo americano à política agressiva da “porta fechada” (Doutrina Monroe), sua aparição tardia na Ásia, depois que a partição do continente entre Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Portugal e Itália era um fato consumado, ordenou a exigência igualmente imperialista de “porta aberta”, que tem sido a formulação clássica da política dos Estados Unidos no Extremo

Oriente, particularmente na China. Desta forma, o imperialismo americano desafia o pleito de seus rivais mais velhos de exploração exclusiva dos vastos e ricos recursos da China, tanto naturais quanto humanos. Por trás desta bandeira do “pacifismo” está a espada semidesembainhada contra o Japão e a Inglaterra pelo direito crescente de explorar a China e as massas chinesas. Como em todos os outros casos, a política do imperialismo americano no Extremo Oriente é uma cortina de fumaça para a agressiva expansão imperialista.

A luta interimperialista pela dominação da China é, ao mesmo tempo, uma luta pelo domínio do Pacífico, pelo qual os dois principais aspirantes são o Japão e os Estados Unidos. Dado seu envolvimento no continente europeu, no Mediterrâneo e no Oriente Próximo, a Grã-Bretanha está em grande desvantagem em qualquer tentativa de defender sua posição no continente asiático por conta própria. O movimento pan-asiático incentivado pelo imperialismo japonês, que visa retirar a Inglaterra de sua posição favorável na China e por fim também na Índia, não pode ser efetivamente impedido apenas pelas forças britânicas, particularmente sob essas condições que tornam duvidosa a solidariedade das outras partes do Império Britânico em face de uma guerra com o Japão. A Grã-Bretanha é, portanto, cada vez mais dependente do apoio militar tácito ou direto dos EUA num conflito contra o Japão. O imperialismo americano, entretanto, não está disposto a intervir diretamente no Extremo Oriente exclusivamente contra o Japão, menos ainda pelo objetivo de assegurar a dominação da Inglaterra no continente asiático. Ao contrário, o domínio irrefutável do Pacífico pelos Estados Unidos, isto é, a derrota definitiva do Japão, significa o início do fim do poder e privilégio britânico no Extremo Oriente. Que isto seja reconhecido mesmo no Império é demonstrado pelo fato de que um setor crescente da burguesia australiana olha mais para os Estados Unidos do que para a Inglaterra para a defesa de seus interesses, mais especificamente para a luta conjunta contra o Japão. Num outro sentido, a reorientação de setores do Império Britânico pode ser percebida pelo fato de que o Canadá tem se afastado continuamente de Londres e aproximado de Nova York e Washington.

Embora o maior e mais importante rival do imperialismo americano no Extremo Oriente permaneça sendo a Grã-Bretanha, o oponente mais imediato dos Estados Unidos naquela parte do mundo é, agora, o Japão. A questão da guerra entre o Japão e os Estados Unidos pela dominação do Pacífico e do Extremo Oriente está, portanto, na ordem do dia. Amedrontado pelo resultado de uma guerra com os EUA no momento atual — que, com toda a probabilidade, poderia envolvê-lo simultaneamente numa guerra com a Inglaterra e a União Soviética —, o Japão faz esforços desesperados para acalmar os EUA e meter uma cunha entre eles e a Inglaterra, pelo menos até que sua posição no continente esteja consolidada.

O imperialismo americano, entretanto, principalmente no passado recente, tem se conduzido mais fortemente na direção da guerra com o Japão, cujos avanços em áreas potenciais de exploração norte-americana na China, bem como na atual exploração norte-americana da América Latina, são uma ameaça crescente às posições presentes e futuras da burguesia americana. As preparações para a guerra Japão-Estados Unidos são evidentes no tom mais





## IV Internacional

---

agudo da diplomacia americana em relação ao Japão, na crescente agitação nacionalista antijaponesa da imprensa, nas manobras militares americanas praticamente públicas contra o Japão, nos reforços militares navais das ilhas Aleutianas e de Guam e, acima de tudo, no quase nada oculto pretexto antijaponês dado por Roosevelt, através do pedido de aprovação de um orçamento naval sem precedentes para uma época de paz, feito ao congresso.

Portanto, a própria magnitude dos problemas do imperialismo americano, o alcance mundial de seus interesses e as bases que sustentam seu poder, obrigam-no a uma política enérgica e implacável de expansão. Além disso, eles transformam-se na principal força motriz de propulsão do mundo capitalista a mais uma guerra mundial e o mais firme freio diante do movimento revolucionário do proletariado mundial e dos movimentos de libertação das colônias e semicolônias.

A época na qual os Estados Unidos eram capazes de manter um equilíbrio aproximado entre a indústria e a agricultura, durante a qual seus interesses além das fronteiras dos Estados Unidos foram episódicos e, de qualquer modo, comparativamente irrelevantes, durante a qual seguiram uma política relativamente “isolacionista” (facilitada por sua posição geográfica única), é uma época do passado. A crise da vida econômica americana exige um aumento do comércio exterior e um acréscimo dos bilhões de dólares em investimentos já exportados a todos os cantos do planeta. Isto requer, portanto, uma exploração mais intensa daquelas regiões que já estão sendo exploradas pelos Estados Unidos, o que requer a supressão do movimento revolucionário do proletariado no exterior e a vigilância de todos os movimentos nacionais revolucionários pela independência em suas colônias e esferas de influência. Isto exige, ainda, uma fatia maior do mercado mundial, atualmente dividido entre as grandes potências da Terra, isto é, uma nova guerra mundial. Daí o afastamento mesmo da farsa do “isolacionismo” na política externa oficial americana, e o anúncio de um curso “vigoroso” por todo o mundo.

A luta contra o imperialismo americano é, portanto, ao mesmo tempo uma luta contra a próxima guerra imperialista e pela libertação dos povos coloniais e semicoloniais oprimidos. É inseparável da luta de classes do proletariado americano contra a burguesia dominante e não pode ser conduzida separada dela. A classe operária norte-americana precisa ganhar o apoio dos pequenos produtores empobrecidos dos Estados Unidos, que estão sob o tacão daquele capitalismo monopolista que constitui a base dos amos imperialistas do país. Um aliado indispensável nesta luta são os milhões de negros americanos, na indústria e na agricultura, que estão ligados de várias maneiras às demais populações negras oprimidas pelos Estados Unidos no Caribe e na América Latina. É necessário realizar uma campanha operária de organização e educação entre as massas brancas contra o veneno da “superioridade” chauvinista nelas instilado pela classe dominante; é necessário também organizar as massas negras contra seus opressores capitalistas, contra os demagogos pequeno-burgueses de suas próprias fileiras e contra os agentes do imperialismo japonês que estão tentando ganhar os negros, especialmente no sul, com a bandeira traiçoeira do “pan-asiatismo”.

Uma das principais preocupações da seção norte-americana da Quarta

Internacional na luta contra o imperialismo americano é o apoio a todos os movimentos revolucionários genuinamente progressivos dirigidos contra o imperialismo americano na América Latina ou no Pacífico (as Filipinas, Havaí, Samoa etc.) ou contra as ditaduras daqueles países, fantoches de Wall Street, enquanto preserva sua completa independência política e organizacional, reservando e exercendo o direito de organizar a classe operária num movimento próprio e de apresentar seu programa independente contra as atividades e o programa pequeno-burguês, vacilante e freqüentemente traidor, dos nacionalistas. Os revolucionários nos Estados Unidos devem mobilizar os trabalhadores contra o envio de qualquer força armada para atacar os povos da América Latina e do Pacífico e pela retirada de tais forças onde elas agora operam como instrumentos da opressão imperialista, bem como contra qualquer outra forma de pressão imperialista, seja ela “diplomática”, seja “econômica”, forjada para violar a independência nacional de qualquer país ou para impedir a realização de tal independência nacional.

Os partidos da Quarta Internacional, em todo o hemisfério ocidental, lutam pela imediata e incondicional independência de Porto Rico, das Ilhas Virgens, das Filipinas, do Havaí, de Samoa e das demais colônias diretas, dependências e protetorados do imperialismo americano. A capitulação da burguesia nacional das Filipinas à dominação imperialista americana, bem como as tentativas de certos setores da burguesia norte-americana de aproveitar o sentimento de independência nacional para seus próprios fins reacionários, revelam a necessidade indispensável da liderança da classe operária nos países coloniais e semicoloniais como a única garantia de que uma verdadeira independência nacional seja séria e consistentemente buscada e conquistada. Ao mesmo tempo, os partidários da Quarta Internacional enfatizam que nenhum dos países da América Latina e do Pacífico que estão agora sob a dominação do imperialismo americano, mais ou menos profundamente, é capaz de obter sua completa liberdade da opressão estrangeira ou de manter tal liberdade por algum tempo se sua luta ficar confinada aos seus próprios esforços. Apenas uma união dos povos latino-americanos, em busca do objetivo de uma América socialista e aliados à luta do proletariado revolucionário dos Estados Unidos, poderia apresentar uma força suficientemente resistente para enfrentar vitoriosamente o imperialismo norte-americano.

Assim como os povos do Velho Mundo só podem resistir à pressão do colosso americano, que os mantém empobrecidos e leva-os à guerra, pelo estabelecimento dos Estados Unidos da Europa — realizável somente através do poder socialista revolucionário do proletariado — também os povos do hemisfério ocidental podem assegurar a mais completa independência nacional, irrestritas possibilidades de desenvolvimento cultural e sua libertação da exploração de tiranos locais e estrangeiros, apenas se se unirem na luta pelas Repúblicas Socialistas Unidas das Américas.

Da mesma forma que as seções latino-americanas da Quarta Internacional devem popularizar em sua imprensa e agitação as lutas dos movimentos revolucionários e operários americanos contra o inimigo comum, sua seção nos EUA deve dedicar mais tempo e energia em seu trabalho de agitação e propaganda para explicar ao proletariado norte-americano as posições e lutas



## IV Internacional

---

dos países latino-americanos e de seus movimentos operários. Toda ação do imperialismo americano deve ser exposta na imprensa e em manifestações e, em determinadas situações, a seção dos EUA deve tentar organizar movimentos de massas para protestar contra atividades específicas do imperialismo norte-americano. Além disso, a seção norte-americana, pela utilização da literatura espanhola da Quarta Internacional, deve buscar organizar, mesmo que numa escala modesta de início, as forças militantes revolucionárias entre os milhões de trabalhadores filipinos, mexicanos, caribenhos e das Américas Central e do Sul residentes nos Estados Unidos, duplamente explorados, não apenas com o objetivo de uni-los ao movimento operário nos EUA, mas também com o objetivo de aproximar-se dos movimentos revolucionários e operários em seus países de origem. Esta tarefa será desenvolvida sob a direção do Secretariado Americano da Quarta Internacional, que publicará a literatura necessária e organizará o trabalho para este objetivo.



Trotsky e Diego Rivera



Trotsky e Natalia Sedova com membros da Comissão Dewey